

SCIENTIA ANTIQUITATIS



SALVAGUARDA ARQUEOLÓGICA
ARCHAEOLOGICAL SAFEGUARD

Título: SCIENTIA ANTIQUITATIS

Editores: Leonor Rocha/ Gertrudes Branco/ Ivo Santos

Local de Edição: Évora (Portugal)

Data de Edição: Junho de 2019

Volume: 1/ 2019

Capa: Trabalhos de salvaguarda no Palácio do Vimioso

(Foto: Leonor Rocha)

Director: Leonor Rocha

ISSN: 2184-1160

Contactos e envio de originais: Leonor Rocha/ Irocha@uevora.pt

Revista digital.

Ficheiro preparado para impressão frente e verso.

INDÍCE

O IV ^o CIAT e o estado da Salvaguarda Arqueológica em Portugal Leonor Rocha e Gertrudes Branco	5
Arqueologia Pública e a gestão do património arqueológico no contexto da construção de uma barragem: O caso da construção da barragem de Belo Monte (Brasil) Maria Clara Costa	25
Melhor conhecer é melhor proteger. Os contributos do projeto ARQUEOSIA Filipa Neto e Catarina Costeira	57
Estratégias para a gestão da salvaguarda arqueológica: as cartas de risco do património arqueológico dos Açores José Luís Neto, Carlos Luís Cruz e Pedro Parreira	77
O Risco das Políticas de Risco em Património Cultural - Proposta STORM para uma nova abordagem Filipa Neto, Sofia Pereira, Isabel Inácio, João Almeida Filipe	95
Gestão e salvaguarda do património arqueológico: o caso da Universidade de Évora (Portugal) Leonor Rocha, Jorge de Oliveira, André Carneiro e Carmen Balesteros	113
Ecclesia Sanctae Marinae de Cortegaza (Cortegaça, Ovar). Um contributo na Arqueologia de Salvaguarda Gabriel Pereira, Gustavo Santos e Mauro Correia	153
E quando as fábricas fecham? Reflexões sobre a salvaguarda do património arqueológico-industrial na cidade de Portalegre Susana Pacheco	183
A geofísica e salvaguarda do património arqueológico em meio rural. Vantagens e quando utilizar: o caso dos recintos de fossos António Valera e Tiago do Pereiro	203
A salvaguarda arqueológica: teoria e prática na Região Centro Gertrudes Branco	217
Salvaguarda arqueológica em Monforte: Percurso e estratégias de intervenção (Monforte, Portalegre, Portugal) Paula Morgado	251

Oliveira de Azeméis: Gestão de uma Carta de Salvaguardas Patrimoniais e de um projeto de investigação sobre a ocupação do território (POVOAZ) Adrian de Maan e João Tiago Tavares	295
A gestão de espólios arqueológicos no Algarve. Reflexão sobre o seu propósito na actividade arqueológica de salvaguarda Grupo de Arqueologia da Rede de Museus do Algarve	321
A Antropologia Biológica nos Açores: gestão e estudo das suas coleções osteológicas José Luís Neto, Joana Camacho e Pedro Parreira	331
Mosteiro de São Bento de Avis: da intervenção preventiva ao programa de estudo e valorização de fracção monástica Ana Cristina Ribeiro	355
Acompanhamento: o <i>Cadavre Exquis</i> da prática arqueológica (portuguesa) Gabriel Pereira, Mauro Correia e Gustavo Santos	385
Resultados preliminares do acompanhamento arqueológico da obra de conservação da Capela de Nossa Senhora de Entre Águas Ana Cristina Ribeiro	415
Minimizando impactos. Tavira Verde 2012/2014 Jaquelina Covaneiro e Sandra Cavaco	447
Estratégias de recuperação e salvaguarda do património histórico-arqueológico de Vouzela (Viseu, Portugal) após os incêndios florestais de outubro de 2017 Manuel Luís Real, António Faustino Carvalho, Catarina Tente, Daniel de Melo Branco, Luís André Pereira, Pedro Sobral de Carvalho e Tiago Ramos	461
Balanço dos Incêndios de 2017: Região de Lisboa e Vale do Tejo Filipa Bragança, Gertrudes Zambujo e Sandra Lourenço	477
La combinación de la investigación con la protección del patrimonio arqueológico rural en la provincia de Salamanca: el caso de Los Villares (Fresno Alhándiga, Salamanca) M ^a de los Reyes de Soto García e Verónica Pérez de Dios	491

Mosteiro de São Bento de Avis: da intervenção preventiva ao programa de estudo e valorização de fracção monástica

Ana Cristina Ribeiro¹

Resumo

Erguido no século XIII para albergar a Ordem de Avis, o Mosteiro de São Bento de Avis define a imagem urbana que a vila hoje ostenta. Ao longo da última década têm vindo a ser realizadas diversas intervenções em fracções monásticas como forma de assegurar a reutilização destes espaços e garantir a salvaguarda da morfologia, permitindo, simultaneamente, a fruição pública de áreas cujo acesso tem sido limitado pela sua função habitacional ou estado de abandono. No âmbito dessas intervenções, foram desenvolvidos diversos trabalhos arqueológicos de cariz preventivo, alguns dos quais com resultados determinantes para o estudo do conjunto monástico. Das intervenções realizadas em contexto de obra destaca-se o acompanhamento arqueológico, iniciado em 2012, da empreitada de conservação da ala poente do claustro velho e espaço adjacentes. As características de um dos espaços intervencionados e as ocorrências registadas determinaram uma abordagem alargada que está na origem de um programa de estudo e valorização da fracção monástica. Apresentam-se os resultados prévios dos trabalhos realizados, assim como as linhas gerais do programa de estudo e valorização da fracção monástica.

Palavras-chave: Mosteiro de São Bento de Avis – intervenção arqueológica – estudo – valorização

¹ ana.ribeiro@cm-avis.pt. Centro de Arqueologia de Avis

Abstract

Founded in the 13th century to house the Order of Avis, the Monastery of St. Benedict defines the urban image that the village today bears. Over the last decade have been carried out several interventions in monastic fractions as a way to ensure the reuse of these spaces and the safeguarding of morphology, allowing the public fruition of areas which access has been limited by housing function or abandonment. In those interventions were developed several archaeological works of preventive nature, some of which with decisive results for the study of the monastery, as is the case of the archaeological intervention, started in 2012, as part of the work of conservation of the west wing of the old cloister and adjacent spaces. The characteristics of one of the spaces determined a wider approach that is at origin of a program of study and valorization of this monastic fraction. The preliminary results of the work developed are now presented, as well the outlines of the program of study and valorization of this monastic dependence.

Keywords: Monastery of St. Benedict of Avis – archaeological intervention – research - valorization

Contextualização histórica²

Na zona de confluência da ribeira Grande com a ribeira de Seda localiza-se a actual vila de Avis. A sua posição geográfica e a sua implantação estratégica, ocupando o topo de um outeiro cercado a nascente pela ribeira Grande, garantiu à vila excelentes condições de defesa: *“Esta villa pella parte do nascente he inexpugnavel por natureza não so pella aspereza do sitio mas porque junto aos muros se precipita hum monte tão elevado ingreme e alcatilado que a faz por aquela parte inconquistável”* (Rego, 1985, p. 21, fl. 8).

² Síntese do estudo efectuado no âmbito do *Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Avis*. Ribeiro, 2004, p. 89-132



Figura 1 – Envolvente da vila de Avis, ribeira Grande. 1938 (Arquivo fotográfico do Município de Avis)

A ribeira aumenta as suas potencialidades defensivas, constituindo um fosso natural em torno do aglomerado urbano: *“toda a villa he cercada de huma ribeira (...) Não só por este fosso que lhe pos a natureza, mas também, pellos inasçesiveis penascos que a rodeão”* (ANTT, 1758, p. 930).

As características do local determinaram a ocupação, de carácter marcadamente militar, onde o espaço se ajusta ao relevo, procurando tirar o máximo partido das condições naturais do território.

A instabilidade sentida na área fronteiriça, nomeadamente na linha do Tejo, derivada das investidas almóadas nos anos de 1190 e 1191, leva à atribuição de grandes domínios territoriais às ordens militares, com o objectivo principal de recuperar os territórios perdidos, atenuar a pressão muçulmana e garantir a Lisboa e Santarém uma defesa eficaz (Pereira, 1998/1999, p.16).

É neste contexto que se integra a doação do lugar de Avis, por D. Afonso II, à Milícia dos Freires de Évora em 1211, com a condição com a condição de aí construírem um castelo e de o povoarem (*“Castrum edificetis et populetis”*, *idem*, 1998/1999, p.16, nota 45).

Apesar do território de Avis ter sido doado em 1211, tudo leva a crer que só em 1214 é que se verifica a tomada de posse do local pelo

Mestre Fernando Anes (Rego, 1985, p. 17-18), tendo sido nessa altura que se iniciou a construção da fortificação, embora alguns autores defendam que se trata do fim da sua edificação (Costa, 1982, p. 3). Em 1223 conclui-se a transferência para Avis, formando-se, assim, a Ordem de São Bento de Avis (Pereira, 1998/1999, p. 17).

A construção da fortificação marca uma nova fase de ocupação do território, onde a defesa e consolidação do novo domínio eram condições fundamentais, sobretudo quando ainda se sentia uma forte presença de forças muçulmanas.

A vila passa a estar *“cercada de bom muro e o castelo dela é sobre si com sua fortaleza e torre de menagem alta e forte”* (AHMF, 1950, p. 43). O espaço muralhado divide-se em duas áreas: uma de maior dimensão, ocupando 2/3 do espaço amuralhado, onde se desenvolve a vila, e uma outra mais reduzida, localizada na extremidade Este, onde se iria instalar a sede da Ordem de Avis.



Figura 2 – Vista panorâmica da vila de Avis (Município de Avis_Visit Avis)

O Mosteiro de São Bento de Avis: uma breve caracterização

O Mosteiro de São Bento de Avis, classificado como Imóvel de Interesse Público (Decreto 37 450, DG 129, de 16-06-1949), localiza-se na freguesia e concelho de Avis, distrito de Portalegre.

O conjunto monástico está situado na zona nascente da vila, tendo sido fundado no século XIII e secularizado pelo Decreto de 30 de Maio de 1834. As várias campanhas a que foi sujeito, sobretudo entre os séculos XV e XVII, introduziram diversas sobreposições estruturais que dificultam a apreensão da sua traça primitiva. O conjunto monástico é composto por vários edifícios correspondentes:

- ao núcleo primitivo do Mosteiro, constituído por dormitórios, cozinha, refeitório e claustro, situado a Norte da Igreja;
- à Igreja, estrutura que surge como o “elemento ordenador de todo o conjunto, em função da qual todas as outras construções se organizam” (Macedo, 1995, p. 34);
- ao “Mosteiro Novo”, constituído por várias dependências, datadas dos séculos XVI e XVII, localizadas a Sul da Igreja, integrando todo um volume de dimensão considerável, actualmente em ruína, e um amplo claustro – Claustro Novo –, também ele com profundas alterações em relação à sua função e forma.

A área mais imponente do Mosteiro terá sido construída, nos séculos XVI e XVII, sobre o Castelo, ocupando toda a zona a Este, a partir do momento em que a função militar da Ordem se dilui, verificando-se a substituição das muralhas pelas paredes monásticas, com a ampliação do mosteiro primitivo para sul, com a construção do Claustro Novo e do Dormitório de São Lamberto.



Figura 3 – Vista geral do Mosteiro (Município de Avis_Visit Avis)

Na encosta que se desenvolve para Norte e Este, em direcção à ribeira Grande, situa-se a Cerca, que delimita os terrenos pertencentes ao Mosteiro. Era aqui que se localizavam as “*hortas, moinhos e azenhas, pequenas áreas de pasto para gado*” (*idem*, 1995, p. 35), assim como a Casa de Fresco. Subsistem alguns paramentos do que provavelmente terá sido a cerca original.

Dentro da Cerca, e junto à ribeira, existe um altar localizado numa cavidade, de dimensões reduzidas, formada no afloramento de xisto, na vertente nascente do Mosteiro, designado por Lapa de São Bento, a qual é referida por alguns autores como um local pré-histórico cristianizado (*idem*, 1995, p. 37). Deste espaço conserva-se um altar de pedra e alvenaria, decorado com conchas e pedras pequenas de diversas cores (*idem*, 1995, p. 37). A sua localização torna difícil o acesso, sendo uma zona actualmente submersa pela albufeira de Maranhão.

Toda esta área seria, certamente, definida por um conjunto de caminhos que ligavam as diversas áreas da Cerca, assim como por vários socalcos, que modelavam toda esta zona e que são ainda perceptíveis.

O Mosteiro sofreu diversas alterações, desde a sua fundação até à extinção das ordens religiosas, em 1834, detendo, a par do castelo

e fortificação, uma presença dominante na fisionomia que Avis hoje ostenta, marcando, de forma significativa, a sua malha urbana.

Apesar da sua importância patrimonial, o Mosteiro de São Bento de Avis não foi alvo da atenção merecida, pelo que é evidente a sua degradação, resultado, não só da acção do tempo, mas, e sobretudo, do esquecimento e abandono, assim com da ocupação para fins habitacionais, serviços e estabelecimentos comerciais. Estas utilizações introduzem factores de adulteração dos espaços e de destruição de elementos notáveis, o que, progressivamente, tende a apagar a imagem e monumentalidade de um local tão relevante como o Mosteiro de Avis.

De forma a contribuir para a valorização deste conjunto, que marca, de forma determinante, a história de Avis, o Município tem desenvolvido um conjunto de acções que visam a reabilitação de algumas das dependências monásticas e espaço envolvente.

O conjunto monástico e o contributo da Arqueologia: apontamentos das intervenções realizadas desde 2006

Ao longo de mais de uma década, e decorrente da iniciativa autárquica, têm vindo a ser realizadas diversas intervenções em fracções monásticas como forma de assegurar a reutilização destes espaços e garantir a salvaguarda da morfologia, permitindo, simultaneamente, a fruição pública de áreas cujo acesso tem sido limitado pela sua função habitacional ou estado de abandono.

No âmbito dessas intervenções, foram desenvolvidos trabalhos arqueológicos de carácter preventivo, alguns dos quais com resultados determinantes para o estudo do conjunto monástico.

Em 2006 foram acompanhadas as empreitadas de valorização da Envolvente ao Mosteiro e Muralhas de Avis e de instalação da rede de fibra óptica dos serviços municipais.

Na primeira, os trabalhos desenvolveram-se na zona Norte e Este da vila, no perímetro exterior das muralhas e mosteiro, tendo sido identificado um troço de cerca monástica, cuja preservação foi assegurada com adequação do projecto aos vestígios.



Figura 4 – Cerca monástica

No segundo caso, foram identificados, no claustro norte, integrado no mosteiro primitivo, vestígios do deambulatório da ala poente. Ainda no âmbito desta obra, refere-se também a identificação de um troço de muralha sob a actual entrada na Rua Dr. Manuel de Arriaga, cuja presença confirma a separação física entre a zona monástica e a restante vila, posteriormente alterada com a abertura da passagem.

As ocorrências registadas no decurso desta obra foram preservadas com os necessários ajustes ao projecto inicial.

Com a instalação do Centro Interpretativo da Ordem de Avis foi possível regressar, em 2009, ao claustro norte e assim recuperar a planta do deambulatório da ala poente, cujos primeiros indícios haviam sido registados em 2006, assim como confirmar a continuidade da arcaria da ala sul.



Figura 5 e 6 – Estruturas identificadas no claustro Norte

Ainda no decurso desta obra, foi descoberto um conjunto de estruturas no largo Cândido dos Reis, na envolvente à Igreja do Mosteiro, cujos vestígios se conservam sob a antiga hospedaria e enfermaria, edifício construído entre os finais do século XVI e início do século XVII (Pombo, Corte e Cunha, 2001, p. 58).



Figura 7 e 8 – Estruturas identificadas no Largo Cândido dos Reis

A presença destes vestígios poderá relacionar-se com as dependências monásticas no interior das muralhas, organizadas ao longo da Rua Porta do Anjo (AHMF, 1950, p. 44), provavelmente desactivadas pelo crescimento para Este do mosteiro, e que correspondiam à hospedaria, celeiro, estrebaria, amassadouro e casa do pão (Coelho, 1986, p. 204-207 e anexo – Avis 1556-1564). Informações orais relatam o aparecimento, em meados do século XX, de “*uma rua e casas enterradas*” em pleno largo, cuja presença não foi, no entanto, confirmada nesta intervenção.

Em 2010, foram efectuadas movimentações de terra para reformulação de infraestruturas no Pátio das Cisternas, implantado no Claustro do Novo. Pelo carácter dos trabalhos realizados, não se identificaram dados relevantes.

A empreitada de conservação da Ala Poente do Claustro Velho e Espaços Adjacentes, iniciada em 2012, teve um impacto significativo nos espaços monásticos. A tipologia das acções desenvolvidas, em particular na Rua das Lages, onde se localizaria o antigo dormitório, e na fracção contígua ao Museu Municipal, actual Museu do Campo Alentejano, pôs em evidência testemunhos de estruturas anteriores ao edifício que se conserva, relacionadas com a fase primitiva do mosteiro ou, eventualmente, com uma ocupação anterior.



Figura 9 e 10 – Estruturas identificadas na Rua das Lages

A primeira fase dos trabalhos arqueológicos decorreu em contexto de obra, mas a excepcionalidade dos achados fez com que a fracção contígua ao Museu fosse retirada da empreitada e se transformasse em objecto de análise arqueológica, com a implementação de um plano de intervenção alargado para avaliação do potencial desta área e o seu respectivo estudo.

Em 2017, foi efectuado o acompanhamento da obra de conservação para instalação de Galeria Municipal. A fracção integra-se no “Mosteiro Novo”, no cunhal Nascente/Norte deste volume, numa zona de sobreposição entre as estruturas pré-existentes e este novo volume do conjunto monástico. As acções previstas na empreitada não tiveram um impacto significativo no edifício e os resultados vieram confirmar algumas questões relacionadas com aspectos constructivos.



Figura 11 e 12 – Aspectos constructivos em fracção monástica

Intervenção arqueológica em fracção monástica

Como já foi referido, as ocorrências registadas no decurso da obra de conservação da Ala Poente do Claustro Velho e Espaços Adjacentes em 2012 justificaram a implementação de um plano de trabalhos arqueológicos, com vista à escavação da sala contígua ao então Museu Municipal.

A dependência em estudo integra-se na estrutura primitiva do mosteiro e estava a ser utilizada como arquivo dos serviços municipais. Localizada na extremidade Norte do edifício, a sala tem cerca de 48m² e encontra-se sob a entrada da ala do dormitório dos monges, situada no piso superior, correspondendo a um dos espaços regulares ladeiam o claustro mais antigo.

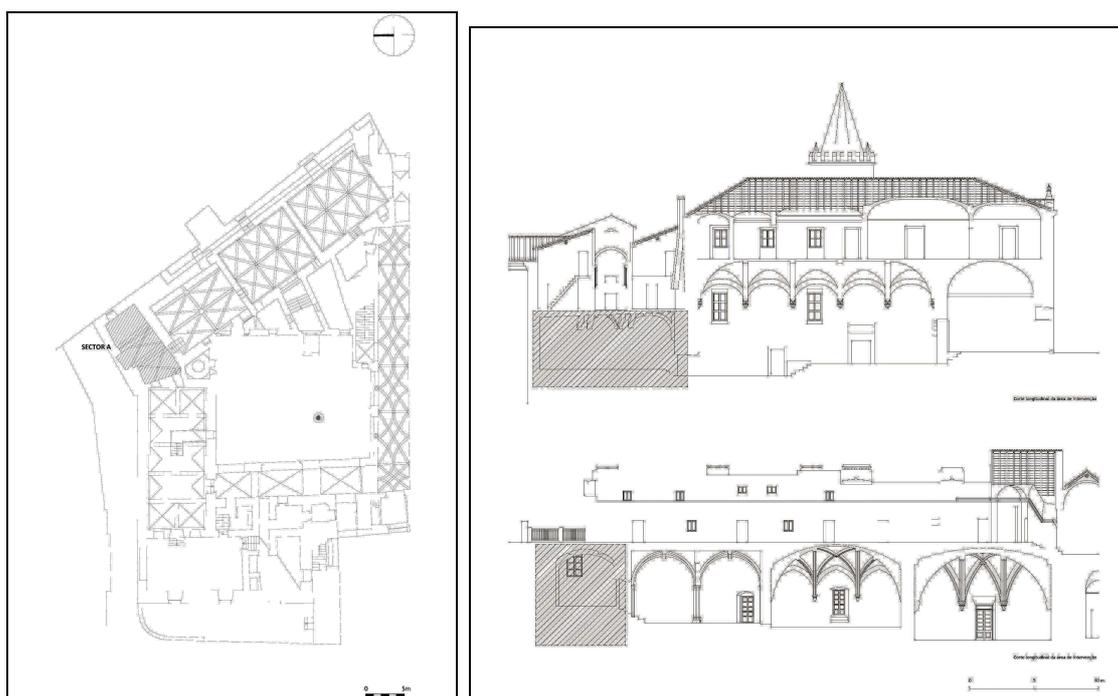


Figura 13 e 14 – Localização da dependência no mosteiro primitivo

Contrariamente ao que se verifica para as dependências contíguas, para as quais as leituras disponíveis são concordantes na classificação desses espaços, que corresponderiam à sala dos monges, refeitório e calefatório, não existem referências precisas para este

compartimento. Poderia corresponder à zona da cozinha (Macedo, 1995, vol. II, planta 6.1) ou da sala de noviços (Pombo, Corte e Cunha, 2001, p. 33), de acordo com as interpretações da organização funcional e distribuição espacial dos mosteiros cistercienses aplicada a Avis.

O espaço não evidenciava elementos notáveis, com excepção de vestígios das abóbodas de nervuras, assentes em mísulas, das quais se conservam quatro exemplares, no alçado sul.



Figura 15 – Aspecto geral do espaço antes da obra

Estes elementos encontram-se parcialmente descaracterizados por intervenções posteriores, nomeadamente pela construção de arcos de reforço e sustentação do piso superior.

Para a área de intervenção estava inicialmente prevista, no âmbito das obras de conservação, a remoção de rebocos, a consolidação das paredes e tectos, a instalação de rede eléctrica e o nivelamento com o museu, o que implicaria o rebaixamento de cerca de 140 cm em toda a sala.



Figura 16 – Aspecto geral do espaço após a remoção de rebocos

Considerando que esta opção não foi sujeita a uma avaliação arqueológica prévia, sendo conhecida apenas em contexto de obra, foi totalmente desaconselhada, uma vez que iria ter um impacto significativo numa área de elevado potencial arqueológico e cuja intervenção era claramente incompatível com os prazos previstos para a execução da empreitada.

A obra teve início com a remoção de rebocos e do pavimento existente, em betonilha, o que permitiu colocar a descoberto um conjunto de realidades, de cronologia distinta, das quais se destaca o troço da parede original que define, a nascente, o limite do Mosteiro e que poderá corresponder a parte da muralha medieval.



Figura 17 – Aspecto geral da sala após a remoção do pavimento

A restante área era ocupada por vestígios de um pavimento em tijoleira rectangular, do qual se conservava a sua base assentamento. A sua remoção pôs a descoberto um conjunto de estruturas que careciam de trabalho de definição e avaliação arqueológica, claramente incompatível com o ritmo imposto pela frente de obra que aí estava instalada.



Figura 18 e 19 – Estruturas identificadas

Numa avaliação prévia era evidente a incompatibilidade da execução projecto com as descobertas, inviabilizando, assim, o rebaixamento pretendido do nível do pavimento nesta sala.

Reconhecendo a importância das ocorrências registadas e perante a oportunidade de se promover o estudo de uma dependência monástica, a fracção foi retirada da empreitada, proporcionando a realização de uma intervenção arqueológica programada e em regime de continuidade.

O Centro de Arqueologia de Avis (CAA) tem desenvolvido, desde 2014, trabalhos neste espaço, com o objectivo de avaliar o seu

potencial estratigráfico, a definição de estruturas e a recolha de elementos que auxiliem a caracterização cronológica e cultural dos níveis intervencionados. A intervenção conta com a participação de um conjunto de colaboradores e voluntários que, ao longo do tempo, têm contribuído para o desenvolvimento dos trabalhos³.

A relevância científica e cultural das evidências colocadas a descoberto fazem deste espaço um dos eixos prioritários de investigação do CAA, e incorpora obrigatoriamente um programa de valorização desta área.

Notas preliminares sobre os resultados

Os trabalhos já realizados colocaram a descoberto um conjunto de estruturas, cuja antiguidade é já evidente.

A remoção total dos rebocos revelou-se também determinante para a caracterização do compartimento.

Confirmou-se a presença de elementos notáveis, associados às abóbodas nervuradas, construídas em tijolo maciço a cutelo assentes sobre mísulas, e que se integram nas campanhas quinhentistas (Macedo, 1995, p. 53).

³ Eduardo Miguel Borrecho Pinto, Filipe Miguel Correia de Oliveira, Inês Franco Ruivo, João Pedro Augusto Pinto, Mariana Damião Correia, Nuno Jorge Martins Jerónimo, Orlando António Bragança Martins, Rita Alexandra Correia Madeira, Rita Alexandra Simas Bastos, Rui Pedro Martins da Conceição, Sofia Franco Ruivo, Susana Isabel Nicolau Milheiras, Vânia Isabel Saruga Melitão, Tiago João Paulino Lageira.



Figura 20 – Pormenor da sobreposição das estruturas do tecto

A informação recuperada indicia que a sala teria originalmente três abóbodas com esta tipologia, tendo-se verificado a destruição parcial da sala, com o colapso da abóboda da junto ao alçado Este, a qual foi substituída por abóboda simples.



Figura 21 – Soluções construtivas registadas ao nível dos tectos

As paredes reforçam esta possibilidade, uma vez que apresentam um aparelho onde predomina o tijolo maciço, contrastando com o aparelho em xisto, evidente nas zonas mais antigas da sala.

Não foram registadas ocorrências, o decurso da escavação, que documentassem o abatimento de parte do tecto. Este facto prende-se certamente com a limpeza do local aquando da reconstrução da abóboda.

O colapso parcial da sala poderá estar associado ao terramoto de 1755, onde são relatados, em 1758, danos em todo o mosteiro, incluindo esta zona:” (...) *O dormitório velho, ficou mais arruinado, porque as suas celas quazi todas, estão incapazes de se viver nella. (...) Estas ruínas estão sem reparo (...)*” (ANTT, 1758, p. 930).

Das mísulas originais, que seriam doze, restam quatro, conservadas no alçado sul da sala. Estes elementos encontram-se pintados, pelos que não foi ainda possível determinar o material, mas possivelmente deverão ser em granito ou calcário, materiais empregues nas salas do mesmo período.



Figura 22 – Pormenor da abóboda

Persistem troços de alvenaria de pedra de xisto, aparelhada em espinha, assim como a presença de um possível cunhal ou vão,

rematado a pedra calcária, cuja relação com os restantes espaços não foi ainda determinada.



Figura 23 – Cunhal em pedra calcária

Verificou-se existirem divergências de orientação entre a planta do mosteiro e alguns dos elementos construtivos e estruturais registados após a remoção dos rebocos e em contexto de escavação. Uma análise mais detalhada poderá revelar-se determinante para uma nova leitura da organização do espaço monástico e da sua evolução arquitectónica.

Ao nível da estratigrafia, os dados já disponíveis permitem distinguir, de forma sucinta e provisória, as seguintes fases de utilização:

- 1) Fase mais recente, associada à afectação do espaço a serviços diversos. A área foi preenchida e nivelada, permitindo a construção de um pavimento em tijoleira cerâmica, documentado pela argamassa de assentamento, e,

posteriormente, um pavimento de betonilha, removido com os trabalhos de conservação deste espaço.

2) Fase de utilização intermédia, associada à construção de estruturas sobre pré-existências e marcada por um nível de incêndio documentado em toda a área da fracção.

3) Fase mais antiga, registada até ao momento, associada à construção, utilização e abandono das estruturas que se começam a definir. Poderá corresponder à fase primitiva do mosteiro ou a uma ocupação anterior.



Figura 24 – Aspecto geral da área de intervenção

Ao longo da intervenção tem vindo a ser recuperado um conjunto de elementos que retratam as vivências nos diferentes momentos de ocupação. Estes vestígios foram objecto de tratamento e inventário, o que possibilitou uma primeira análise do conjunto artefactual. No entanto, o estudo das peças, em particular dos materiais recolhidos nos níveis mais antigos, revela-se fundamental para a obtenção de indicadores crono-culturais.

As cerâmicas constituem o espólio mais numeroso, integrando sobretudo cerâmicas domésticas, estando igualmente presentes, embora em número reduzido, exemplares de cerâmica de armazenamento e de iluminação. A faiança foi também registada, principalmente nas fases recentes e intermédia. As restantes recolhidas dividem-se por instrumentos e utensílios, arquitectura, mineração e metalurgia, ecofactos, vidro, numismática, objectos de adorno e outros.

As cerâmicas incluem, de forma genérica, bordos, paredes decoradas, asas e fundos. Foram recolhidos alguns recipientes completos ou que permitem a sua reconstituição gráfica.



Figura 25 – Púcaro

A maioria das peças evidencia superfícies alisadas, registando-se alguns exemplares que evidenciam decoração. Predominam os motivos incisos, com linhas paralelas e, com menor frequência, onduladas. Registaram-se também caneluras, engobe vermelho e pintura branca. O vidrado está também presente, destacando-se as peças em vidrado

verde aplicado sobre pasta alaranjada ou beje recolhidas no mesmo contexto estratigráfico e que poderão remeter para uma cronologia anterior à construção do mosteiro.



Figura 26 – Taça com superfícies vidradas

Uma das peças corresponde a um candil de cerâmica, da tipologia dos candis de pé alto, coberto, em ambas as faces, por vidro verde. O fragmento conservado corresponde ao depósito, que se apresenta aberto e de forma trilobada, com o bordo afeiçoado em bico. Do lado oposto, e ligando à base do depósito, estaria uma asa que se desenvolvia a partir do lábio da peça. O fundo apresenta-se plano, evidenciando a ligação ao pé, inexistente.

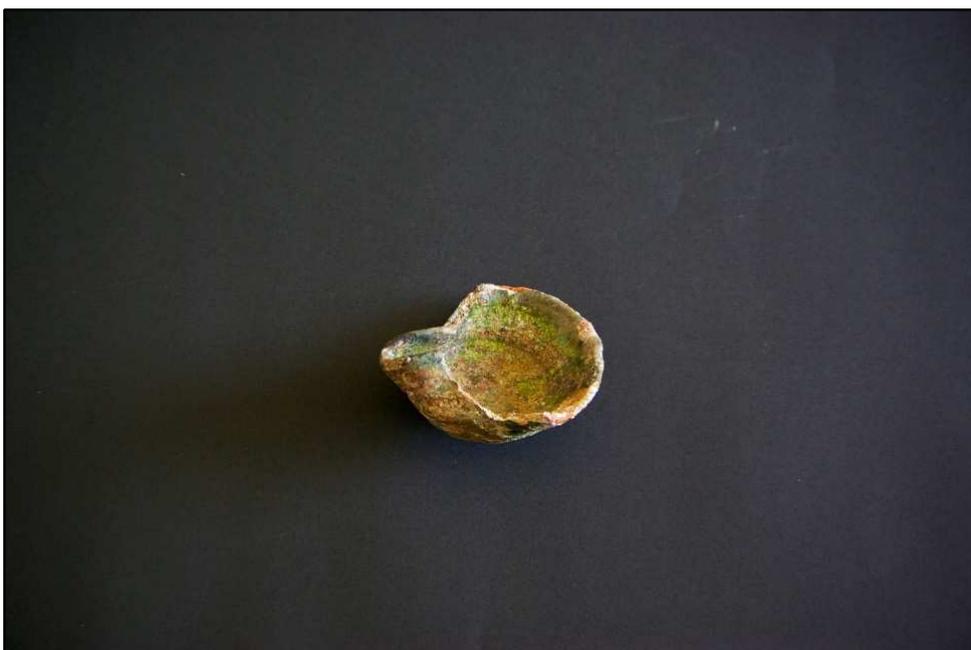


Figura 27 – Candil

Estas peças surgem associadas a contextos islâmicos, dos séculos XII-XIII (Gómez Martínez, 2001: 160-161), constituindo um dos primeiros indicadores cronológicos recolhidos até ao momento. Contudo, só a continuação dos trabalhos de escavação e o estudo exaustivo do material recolhido poderá confirmar a existência de níveis associados ao período medieval islâmico.

Dos restantes materiais, destacam-se os pingos metálicos e escória, de ligas de cobre, e a utensilagem metálica, que parece marcar o nível intermédio de ocupação desta área, caracterizado pelas evidências de incêndio.

Foram recolhidos diversos fragmentos de cerâmica sujeita a temperaturas elevadas, assim como exemplares metálicos disformes, resultantes da exposição intenso ao fogo.



Figura 28 – Material exposto a temperaturas altas

Destacam-se ainda dois elementos arquitectónicos decorativos em cerâmica, possivelmente associados a uma das estruturas, um alfinete de cabelo em metal e três moedas, cujo estado de conservação impossibilita a respectiva leitura.

Os restos de fauna ocorrem em número significativo e incluem animais de médio porte, aves, peixes e moluscos. Estes vestígios estão associados aos níveis de entulho, destinados ao preenchimento e nivelamento da sala em diferentes momentos.

Atendendo a que a intervenção arqueológica se encontra a decorrer, os elementos reunidos são ainda parciais e carecem de uma leitura conjunta. Por conseguinte, é fundamental dar continuidade à escavação da área em estudo, no sentido de recolher novos dados que contribuam para uma definição e uma caracterização mais detalhadas dos vestígios aí identificados, os quais eram, até ao início destes trabalhos, totalmente desconhecidos.

Perspectivas para o estudo e valorização da fracção monástica

A intervenção em curso veio reafirmar o valor patrimonial do mosteiro e tem colocado a descoberto um conjunto de evidências determinantes para o estudo da estrutura monástica e das vivências que lhe estão associadas, em particular para a fase primitiva.



Figura 29 – Aspecto geral da área de intervenção

Da inicial acção de carácter preventivo, realizada em contexto de obra, passou-se para um plano de intervenção que privilegia a investigação desta dependência e a sua integração na organização funcional do mosteiro, e onde a valorização dos achados foi assumida, desde a decisão de se desenvolver trabalhos alargados, como uma componente fundamental.

A relevância das evidências justifica a implementação de um programa de musealização, que permita a fruição pública deste espaço e o acesso à informação que aí foi recolhida.

Neste plano pretende-se articular a continuação dos trabalhos arqueológicos com uma intervenção de conservação da sala e a criação

faseada de condições que permitam uma leitura e uma vivência do espaço.

A continuidade da intervenção arqueológica permitirá reunir novos elementos caracterizadores das fases de ocupação, em particular para os níveis mais antigos, que começaram a ser intervencionados recentemente.

A definição de estruturas e a recuperação da respectiva planta assumem-se como determinantes nestes trabalhos, podendo acrescentar elementos ao estudo da arquitectura do edifício monástico primitivo.

O estado de conservação desta fracção constitui motivo de preocupação, uma vez que é evidente a degradação de alguns elementos constructivos.

Os elevados níveis de humidade e as más condições ambientais que, durante anos foram uma constante, deixaram, juntamente com as intervenções pouco cuidadas, marcas consideráveis.

A remoção dos rebocos, maioritariamente em cimento, deixou a descoberto as paredes e os tectos, onde o xisto, matéria-prima local, domina ao nível das paredes, e a cerâmica de construção é utilizada nas abóbodas, remate de vãos e preenchimento de lacunas. As infiltrações debilitaram sobretudo as cerâmicas de construção, mais evidente nas abóbodas, e as argamassas de união.

A ventilação do espaço tem contribuído para a diminuição dos problemas relacionados com a humidade, o que permitirá, a curto prazo, uma intervenção ao nível das paredes e tectos com a aplicação de rebocos adequados. Nesta operação, pretende-se seleccionar áreas que apresentem elementos particulares para ficarem visíveis.

O melhoramento das condições ambientais é também uma prioridade, pois só assim será garantida a manutenção dos níveis de humidade baixos e a preservação dos elementos que se conservam na sala.

Outro factor a considerar é a iluminação, fundamental para a continuidade dos trabalhos e posteriormente para a criação de uma linguagem expositiva das evidências arqueológicas.

A consolidação das estruturas postas a descoberto será também fundamental e nesse sentido pretende-se implementar acções conservação e restauro direccionados exclusivamente para esses elementos.

Tendo por base os resultados decorrentes da intervenção arqueológica e o melhoramento das condições da sala, será possível devolver estes fragmentos da história local à comunidade.

Para isso, foi delineado um projecto de musealização da dependência monástica, desenvolvido em duas fases complementares. A primeira, a implementar a curto prazo e ainda em contexto de escavação, e a segunda após a conclusão dos trabalhos arqueológicos.

A intervenção aposta, assim, no retorno social dos trabalhos arqueológicos, devolvendo o espaço ao público que, através da requalificação desta dependência, poderá conhecer um pouco mais da história de Avis.

Deste modo, os resultados extravasarão a componente científica e tornar-se-ão acessíveis e inteligíveis a um público alargado que poderá aceder directamente ao local de origem da informação. Tornar o espaço acessível e criar uma zona interpretativa são, por isso, as duas componentes fundamentais do programa de musealização.

Com a valorização deste espaço será possível promover a relevância patrimonial e simbólica do Conjunto Monástico de São Bento de Avis e enriquecer o circuito de visita disponível no espaço monástico que corresponde, neste momento, ao Museu do Campo Alentejano e ao Centro Interpretativo da Ordem de Avis, que ocupam um conjunto de dependências em torno do claustro velho, e ao Centro de Arqueologia e à Galeria de Arte *Officina Mundi*, associados ao espaço monástico de séculos XVI/XVII, onde se encontram igualmente

acessíveis outras duas fracções, ocupadas por estabelecimentos de restauração.

Os testemunhos reunidos na intervenção arqueológica revelam-se determinantes não só para uma leitura evolutiva da estrutura primitiva do conjunto monástico, mas também para o próprio conhecimento da evolução do tecido urbano do Centro Histórico de Avis durante o período medieval.

Com efeito, estes trabalhos poderão vir confirmar a tese de uma ocupação anterior à instalação do mosteiro, associada ao período islâmico que, apesar de diversos dados avulsos que apontavam para esta possibilidade (Pereira, 1998/1999, p. 14-16; Ribeiro, 2004, p. 93-101), careciam de dados arqueológicos.

Abre-se, assim, uma nova perspectiva sobre a história de Avis.

Março de 2019

Bibliografia

ANTT (1758) - *Memórias Paroquiais. 1758*. Tomo 5, n.º 63, p. 925-935.

AAVV (1999) - *Terras da Moura Encantada. Arte Islâmica em Portugal*. Porto, Editora Civilização.

ALMEIDA, João de (1948) - *Roteiro dos monumentos militares Portugueses*. Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, vol. III.

BARROS, M.ª Filomena Lopes de (1999) - "A Ordem de Avis e a minoria muçulmana". In *Ordens militares: guerra, religião, poder e cultura*, «Actas do III Encontro sobre Ordens Militares», Lisboa, Ed. Colibrí/Câmara Municipal de Palmela, vol. 2, p. 167-173.

CATARINO, Helena (1996) - "A ocupação Islâmica". In *História de Portugal*, dir. João MEDINA, Clube Internacional do Livro, vol. III, p. 47-92.

Idem (1997/1998) - *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica*. «Al-Ulyã», Loulé, Câmara Municipal de Loulé, n.º 6.

- CHUECA GOITIA, Hernando (1992) - *Breve história do urbanismo*. Lisboa, Editorial Presença.
- COELHO, António Borges (1986) - *Quadros para uma viagem a Portugal no século XVI*, Lisboa, Ed. Caminho.
- CORREIA, Fernando Branco (1998), "Fortificações Islâmicas no Garb". In *Portugal Islâmico*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, p. 193-202.
- COSTA, Alexandre de Carvalho (1983) - *Avis. Suas freguesias rurais. Compilação do que se tem escrito a respeito da origem dos seus nomes*. Estremoz, Câmara Municipal de Avis.
- COSTA, M.^a Clara Pereira da (1982) - *A vila de Avis Cabeça da Comarca e da Ordem. Século XVI a XVIII. Tombos de Direitos, Bens e Propriedades*. Lisboa, Revista do Instituto Geográfico e Cadastral, n.º 2, p. 83-107.
- Idem* (1984) *A vila de Avis Cabeça da Comarca e da Ordem. Século XVI a XVIII. Tombos de Direitos, Bens e Propriedades da Santa Casa da Misericórdia*. Lisboa, Revista do Instituto Geográfico e Cadastral, n.º 4, p. 79-128.
- GARCIA DOMINGUES, José (1997) - *Portugal e o al-Andalus*. Ed. Hugin, Lisboa
- FONTES, Luís (2002) - Intervenções em conjuntos monásticos: o contributo da arqueologia. *Património. Estudos – Ciências e técnicas aplicadas ao Património*, Lisboa, IPPAR, n.º 3, p. 129-132.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2001) - *Catálogo da cerâmica, Museu de Mértola. Arte Islâmica*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 107-168.
- HAWQAL, Ibn (1971) - *Configuración del Mundo (Fragmentos alusivos alMagreb y España)*. Valência Anubar.
- KEIL, Luís (1943) - *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Portalegre*. Lisboa, Academia de Belas Artes, vol. I.
- MACEDO, José António Sousa (1995) - *Mosteiro de São Bento de Avis. Bases para uma proposta de recuperação*. Évora, Dissertação de

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 2 volumes policopiados.

PEREIRA, Armando de Sousa (1998-1999) - Avis, uma viagem a uma vila medieval. *A Cidade de Évora*, II série, n.º 3, p. 9- 35.

POMBO, Hugo, CORTE, Izelina Andrade e CUNHA, João Pedro Ferreira Gaspar Alves da (2001) – *O Convento de São Bento de Avis*. Lisboa, Estar.

RIBEIRO, Ana (2004) - Elementos para o estudo arqueológico do Centro Histórico de Avis. *Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Avis*, Gabinete Técnico Local de Avis, Câmara Municipal de Avis, volume A, p. 89-132, volume policopiado.

TORRES, Cláudio (1992) - O Garb-Al-Andaluz. *História de Portugal*, dir. José MATTOSO, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. I, p.363-437.